



XIV SEUR – III Colóquio Cidade e Cidadania

IMPACTOS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS NEOLIBERAIS EXÓGENOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE CACHOEIRA DO SUL

Henrique Rudolfo Hettwer, Mestrando em Geografia UFSM,
henriquehettwer@gmail.com

Resumo

No final do século XX, com o advento da Revolução Verde e do neoliberalismo, a subordinação de interesses estratégicos brasileiros a agentes externos, o abandono gradativo de um projeto nacional-desenvolvimentista, houve um processo crescente de capitalização do campo e de desindustrialização no Brasil. Nesse contexto, permeado pela retórica neoliberal de livre mercado e do fim da proteção à produção nacional o Brasil, seus estados e municípios padecem da desnacionalização de seus processos produtivos e opções econômicas de baixo valor agregado, em especial de commodities, particularmente a soja. Com esta priorização e a ausência de incentivos à indústria nacional-regional, num cenário de êxodo rural intenso, há um processo de concentração de terras, expulsão do homem do campo devido à baixa empregabilidade e as intensas migrações que infelicitam municípios como Cachoeira do Sul, que regridem, seguindo obedientemente o receituário neoliberal exógeno. Os resultados dessas escolhas são danosos, geram pobreza, segregação espacial e desilusão, tal como apontam os índices demográficos, sociais e econômicos apurados neste estudo.

Palavras-chave: *commodities*, segregação espacial, desenvolvimento, cidadania.

Resumen

A finales del siglo XX, con el advenimiento de la Revolución Verde y del neoliberalismo, la subordinación de intereses estratégicos brasileños a agentes externos, el abandono gradual de un proyecto nacional-desarrollista, hubo un proceso creciente de capitalización del campo y de desindustrialización en Brasil. En este contexto, impregnado de la retórica neoliberal de libre mercado y del fin de la protección a la producción nacional, Brasil, sus estados y municipios padecen con la desnacionalización de sus procesos productivos y opciones económicas de bajo valor agregado, en especial de commodities, particularmente la soja. Con esta priorización y la ausencia de incentivos a la industria nacional-regional, en un escenario de éxodo rural intenso, hay un proceso de concentración de tierras, expulsión del hombre del campo debido a la baja empleabilidad y las intensas migraciones que infelicitan municipios como Cachoeira do Sul, que regridem, siguiendo obedientemente el recetario neoliberal exógeno. Los resultados de estas elecciones son dañinos, generan pobreza, segregación espacial y desilusión, tal como apuntan los índices demográficos, sociales y económicos constatados en este estudio.

Palabras-clave: *commodities*, segregacion espacial, desarrollo, ciudadanía.

Introdução

Este trabalho é produto e parte de estudos realizados no curso de mestrado em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, que objetiva analisar o desenvolvimento do espaço geográfico de Cachoeira do Sul, em perspectiva histórica, econômica e social. Diversos índices econômicos e sociais do município, avaliados comparativamente nas últimas décadas, apresentam preocupantes indícios, desde a fixação da população, à concentração fundiária, ao desemprego. Diante dos discursos históricos e hegemônicos de agentes políticos



e oligarquias, de perpetuação de um modelo econômico baseado na dinâmica do mercado de commodities, especialmente a soja, a imensa maioria da população vive a expectativa de uma nova perspectiva dada a insuficiência do modelo vigente.

Outrora cenário de um modelo de desenvolvimento endógeno, baseado na cultura do arroz e agregando valor a este, desde a sua industrialização ao desenvolvimento de uma integrada cadeia de indústrias metalúrgicas de implementos e bombas hidráulicas, seguindo a lógica do nacional-desenvolvimentismo das décadas de 1940-1950-1960, Cachoeira do Sul agora é objeto do neoliberalismo que sepultou parte significativa de seu parque industrial e submeteu às multinacionais uma pequena porção que restou. A capital nacional do arroz foi substituída pela soja, de natureza transgênica e estrangeira, numa mera utilização dos solos locais para a exportação de soja em grão ou farelo. Essa opção é baseada em grandes propriedades rurais, aquisição de pacotes completos de sementes, fertilizantes, herbicidas, com uso de maquinário caro e majoritariamente multinacional, especialmente dos EUA. Ou seja, plantamos milhares de hectares de soja a preços de R\$ 68,00 (cotação de 23/03/2018-BMF) a saca e adquirimos tratores, plantadeiras, colheitadeiras a preços que chegam a quase R\$ 2 milhões a unidade. Tupanciretã é o maior produtor estadual de soja. São 146 mil hectares de área plantada para a safra 2016/2017. A produtividade média ficou em 3 mil kg/ha, o que deve totalizar uma produção de 438 mil toneladas. Serão mais de seis milhões de sacas, segundo a projeção da Emater. Já em Cachoeira do Sul, o segundo maior produtor do grão no Estado, a área plantada de soja é de 142,7 mil hectares, sendo que a produtividade deve ser 2,7 mil kg/ha, totalizando uma produção de 390 mil toneladas. Essa lógica exógena não estimula a indústria, tampouco a necessária diversidade do setor primário, enganosamente publicizado: a “indústria-riqueza do Brasil.”

No período de 2014-2017, a indústria cachoeirense perdeu 829 empregos, uma queda de 27%, segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Foi o setor da Indústria de Transformação o que mais contribuiu para a queda de empregos formais – com carteira assinada – em Cachoeira do Sul. Hoje o setor industrial possui 2.224 vagas, terceira posição no ranking de empregos do Município que é liderado pelos Serviços, que chega agora a 4.466 carteiras assinadas. (Caged, 2018)

Assim, analisaremos alguns índices de Cachoeira do Sul comparando-os a outros municípios que priorizam a integração dos três segmentos econômicos primário-secundário-terciário, baseados em pequenas propriedades, agroindústrias e indústrias. Para tanto, abordaremos alguns conceitos fundamentais: desenvolvimento e cidadania, na categoria geográfica da região, buscando concebê-los sob a análise crítica de geógrafos, cientistas



sociais e economistas para, finalmente, esboçar resultados finais deste comparativo de índices, mesclados com a aplicação de questionários junto a jovens de ensino médio do município.

Desenvolvimento e cidadania

O conceito de desenvolvimento, em linhas gerais, confunde-se com a historicidade da espécie humana. Desde as sociedades primitivas à civilização contemporânea o conceito delineou o comportamento humano, travestindo-se de variadas maneiras de acordo com suas ideologias matrizes. O trabalho é que desenvolve a sociedade e, por extensão, suas condições materiais de existência, desde os primórdios. Do trabalho produtivo baseado nos laços de parentesco, desenvolveram-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza e a possibilidade de empregar a força de trabalho, gerando com isso a luta de classes. (Engels, 1980) A História reflete esta discussão pois, desde a Antiguidade até o limiar da Idade Moderna o conceito de desenvolvimento esteve circunscrito num forte cunho antropológico e teológico: durante a maior parte deste período o conceito traduzia um processo de revelação gradual, semelhante ao broto de uma flor que desabrocha aos poucos, o desenrolar de algo envolto, algo presente, mas ainda encoberto (Caiden & Caravantes, 1985).

Das formulações modernistas surgem duas vertentes principais que propõem o desenvolvimento: o liberalismo/neoliberalismo, de natureza plutocrática, e o desenvolvimento pleno, de natureza democrática, geradora de cidadania e emancipadora. A primeira pressupõe a liberdade econômica de indivíduos e/ou grupos, acima de tudo, inclusive das necessidades coletivas, nem que isso implique na concentração de riqueza, geração e manutenção de privilégios, destruição do meio e uma enorme segregação socioespacial. A segunda assimila concepções filosóficas com a premissa do desenvolvimento para o atendimento pleno e melhoria constante das condições de vida das populações e proteção do meio ambiente, acima dos privilégios.

O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tonar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna. Santos (p. 19, 2013)

De outra parte, o economista alemão do Friedrich List (1789-1846), considerado o pai do argumento da indústria nascente, acerca da impossibilidade de países de desenvolvimento desigual de desenvolverem suas indústrias numa concorrência mundial com a Inglaterra sem a



intervenção do Estado, por meio de protecionismo, contemporâneo de Adam Smith, contesta a ideia de suposto desenvolvimento liberal de Adam Smith. (Chang, 2004).

Assim, o liberalismo despreza o Estado quando lhe convém e se cerca dele a toda a necessidade como uma extensão do interesse de particulares, ideologia praticada no seio estatal de algumas nações influenciadas por esta concepção, na disputa internacional. Quando almejam a conquista, os liberais comportam-se de uma maneira e, quando a alcançam, alteram o discurso às demais nações pressionando-as a agirem diferentemente, exercendo sobre elas o domínio coercitivo diverso. **Chutam a escada que os levaram ao topo.**

A etapa monopolista do capitalismo, que vivenciamos, se agudiza profundamente no século XX, especialmente após o colapso do socialismo no leste europeu, o que revigora o liberalismo, agora denominado neoliberalismo, estabelecido sob os mesmos mantras, uno na condução das concepções políticas, sociais, culturais e econômicas a partir dos centros dominantes do capital e suas corporações – EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido e França, principalmente.

O chamado neoliberalismo não é uma teoria científica. Nem muito menos uma corrente de pensamento científico. Não chega também a ser uma doutrina. É uma ideologia – mais propriamente, é o elemento central da ideologia da oligarquia financeira que domina o mundo, na atual etapa do capitalismo. Souza (p. 9, 1995)

Alguns teóricos atribuem ao capitalismo a ideia de desenvolvimento. Contudo, este é a sua negação, em sua etapa monopolista, que aniquila a ilusão concorrencial e impõe à economia e à sociedade sua dinâmica concentradora do capital e a segregação espacial da maioria das populações. A teoria mais crítica ao capital e sua incapacidade de desenvolver as forças produtivas numa abrangência total e global a todos com justiça social foi elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels, em vasta bibliografia produzida por amplos debates no século XIX.

A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre corporação e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, sempre se opuseram um ao outro, travando uma constante luta, às vezes aberta, outras vezes oculta; uma luta que sempre terminou ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o fim comum das classes em luta. Marx & Engels (p. 108, 2014)

O liberalismo conduziu a um indisfarçável mal-estar no conjunto da sociedade humana que reduz o bem-estar social, elevando a primazia do “ter” à potenciação, gerando ilusões, agravando a desigualdade social e a concentração monopolista. Pochmann (2009). O desenvolvimento é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico por meio do qual a renda por habitante ou, mais precisamente, os padrões de vida da população aumentam de forma sustentada. Para Marx, era um processo integrado de desenvolvimento econômico, social e político. Bresser-Pereira (2004)



A espacialização regional e o desenvolvimento

A questão do desenvolvimento é bastante teorizada na perspectiva espacial da região, em escalas menores e maiores, numa correlação dialética local-global, pois seriam superficiais os estudos regionais que contemplassem tão somente os aspectos locais, como também as teorias gerais padeceriam de ausência de uma análise concreta de impactos nos lugares e regiões.

Uma “região” seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. Oliveira (p. 29, 1981)

A palavra região tem caráter ideológico pois é instrumento recorrente de manipulação política, e guarda ainda um sentido afetivo de pertencimento e identidade. (Lencioni, 2009)

A ideia de região apresenta-se como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, como mediação entre o global e local. Pensando nesse movimento mediador, procuramos demonstrar que a ideia de região, como parte de uma totalidade, tanto quanto o conhecimento geográfico, estão presentes em todas as sociedades. Isso porque viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências. Significa perceber o espaço circundante como ordem próxima e produzir interpretações sobre o mundo como ordem distante. Lencioni (p. 198, 2009)

No Brasil, mesmo analisando o binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento, diversos pensadores, dentre os quais se destaca Celso Furtado, teve seus estudos também permeados de referências à questão das desigualdades regionais, pois o capital com sua natureza concentradora-segregadora produz no espaço geográfico nacional as desigualdades que identificamos em escala planetária.

A dinâmica populacional

Segundo Damiani (2008), a dinâmica populacional contém como componentes a natalidade, a mortalidade e a migração e os procedimentos metodológicos de sua análise variam substancialmente. A migração é o terceiro elemento constituinte da dinâmica populacional que tem variado com grande significância em determinados espaços geográficos, desde fluxos país a país a intra-territoriais. Neste componente temos diversas relações complexas de causa migratória, desde aspectos físicos, à fome, às guerras, à escassez de água, a busca por melhores empregos e oportunidades de vida.

Segundo Moreira (1994, p.106)

O capital cresce subvertendo o modo de vida dos homens, à base da dissolução das relações existentes para as reconstruir dependentes do mundo mercantil. Assim, alienada, a existência humana reproduz-se ao ritmo da reprodução do capital. O comportamento humano individualiza-se e a individualização atinge os homens nas



classes onde o parasitismo do capital mais se encontra mergulhado. Nessas classes sociais o indivíduo sente-se sob um isolamento crescente entre os outros indivíduos. E a unidade dos homens rebenta no justo momento em que as aglomerações urbanas praticamente extinguiram as distâncias físicas e em que o aprofundamento da divisão de trabalho torna-os cada vez mais interdependentes.

A concentração do capital é um polo de atração dos fluxos migratórios pois, à medida que ele explora a periferia buscando a centralidade de recursos e riqueza, também retira desta periferia as condições elementares de sustentação das populações. Com a mudança do modo de produção feudal para o capitalista houve também a urbanização crescente experimentada desde a I Revolução Industrial, no final do século XIX na Europa, e realizada desde a década de 1930 no Brasil. Com isso, há intensas e complexas transformações do espaço geográfico. Segundo o IBGE, em 1960, o Brasil tinha cerca de 45% da população residindo na zona urbana e 55% na zona rural. Portanto, o Brasil, viveu uma urbanização tardia se comparada a outros países, fundamentalmente devido ao processo tardio de industrialização do país. Em contraste, em 2010, temos mais de 84% da população vivendo nos aglomerados urbanos.

Essa migração gigantesca e acelerada, portanto, foi resultado das transformações proporcionadas pela troca do modo de produção agrícola pela industrialização e da capacidade de atração de capitais para a cidade, onde a indústria se instalou inaugurando postos de trabalho, projetos de moradia popular, e promessas de melhoria das condições de vida, de acesso à educação e saúde. Ao mesmo tempo, o campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura, capitalizada com a Revolução Verde ocorrida nas décadas 1960/1970/1980 e a sua respectiva mecanização. Assim, se no discurso sobre o subdesenvolvimento, a migração era um elemento secundário de análise, e era ressaltado o crescimento vegetativo, natural, especialmente a partir dos anos 1960, houve uma inversão: o crescimento natural aparece como subordinado à análise da migração. É quando há o intenso fluxo rural-urbano, mas combinado com um processo de centralidade do capital em algumas poucas regiões do país, especialmente São Paulo, que atraiu multidões de migrantes.

Para Damiani (2008, p.46)

José de Souza Martins define três grandes correntes internas de migração: a mais antiga, a de trabalhadores do Nordeste para o Sul, “particularmente São Paulo, Rio e Paraná, procedentes sobretudo do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Do Nordeste, particularmente Ceará, Piauí e Maranhão sai um outro fluxo migratório em direção ao Norte e ao Centro Oeste, ou Amazônia Legal. Uma outra, mais recente, é que se dirige do Rio Grande do Sul e do Paraná para o Mato Grosso e Rondônia”. Atrás delas está a história da reprodução do capitalismo no Brasil, seu significado violento, depredador e super-exploratório, de amplas camadas da população.

Esse fenômeno migratório a que se refere Damiani é denominado “diáspora gaúcha”, que segue ocorrendo na atualidade. As migrações internas atuais no Brasil estão relacionadas fundamentalmente com as condicionantes econômicas e o movimento do capital que pautam



as situações de vida das populações. Esse espaço urbano do capital que atrai os fluxos migratórios não é fruto da abstração involuntária, é determinado por agentes. Segundo Corrêa (2011, p. 43),

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade.

Para Max Sorre (1967), “o impulso migratório raramente é um fato simples; resume-se num acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperanças”.

A concentração fundiária em Cachoeira do Sul

Com a Revolução Verde houve a intensificação produtiva de alimentos, o encarecimento e uma grande concentração de terras no país em médias e grandes propriedades, o incrível êxodo rural de multidões que se empuleiraram nas periferias das cidades. Ao mesmo tempo, houve a crescente desnacionalização e dismantelamento da indústria brasileira de diversos setores, especialmente aqueles ligados ao campo. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE(2006), no Brasil há 150.143.096 ha referentes a propriedades de mais de 1.000 hectares e 7.798.777 hectares de propriedades menores de 10 ha. Nas grandes propriedades há o predomínio das commodities ao passo que nas pequenas propriedades há o cultivo de alimentos para a população brasileira. No Rio Grande do Sul, segundo o mesmo censo, há 171.582 propriedades de até 10 ha, totalizando uma área de 779.381 ha; 27.580 propriedades de 100 ha a 999 ha que compreendem 7.987.275 ha; e 2.843 propriedades maiores de 1.000 ha que formam uma área total de 5.537.145 ha. No que tange ao tamanho médio das propriedades rurais, o município de Cachoeira do Sul apresenta um grande contraste quando comparado com demais municípios.

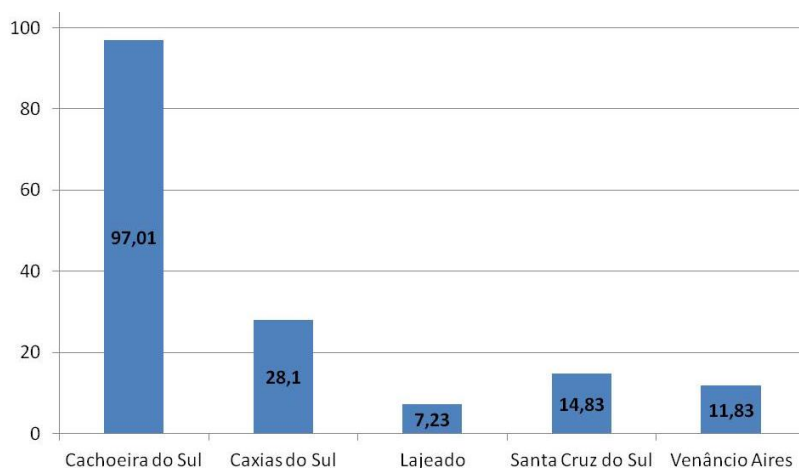


Gráfico 1: tamanho médio de propriedades rurais de municípios – Fonte Censo Agropecuário IBGE 2006



Como vemos no gráfico acima, o tamanho médio de uma propriedade rural em Cachoeira do Sul é 3,45 vezes maior que Caxias do Sul; 13,41 vezes maior que Lajeado; 6,54 vezes maior que Santa Cruz do Sul; e 8,2 vezes maior que Venâncio Aires. Escolhemos os demais municípios por se tratarem de localidades próximas a Cachoeira do Sul, que nas últimas décadas tem se notabilizado pelo seu desenvolvimento social e econômico, baseados na pequena propriedade, na agroindústria e na indústria. Assim, analisemos alguns dados sociais e econômicos destes municípios em comparação a Cachoeira do Sul:

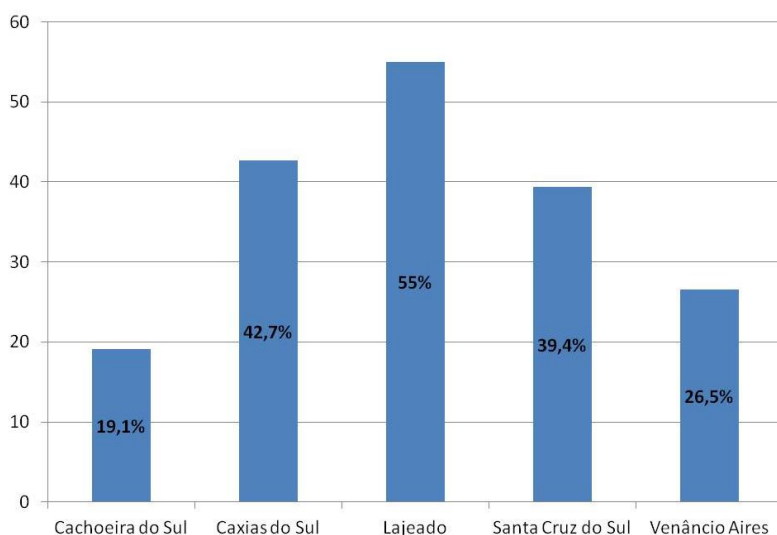


Gráfico 2: Pessoal ocupado no universo populacional (2015) – IBGE

O desemprego mostrado no gráfico 2 é superior em Cachoeira do Sul se comparados aos outros quatro municípios, de matrizes econômicas diferenciadas, bem como o montante de população com baixa renda, exposto no gráfico 3. No gráfico 4 temos a disparidade econômica dos municípios escolhidos e a geração de riqueza percebida nestes através da medição do PIB dividido por sua população, que também demonstra a fragilidade econômica cachoeirense.

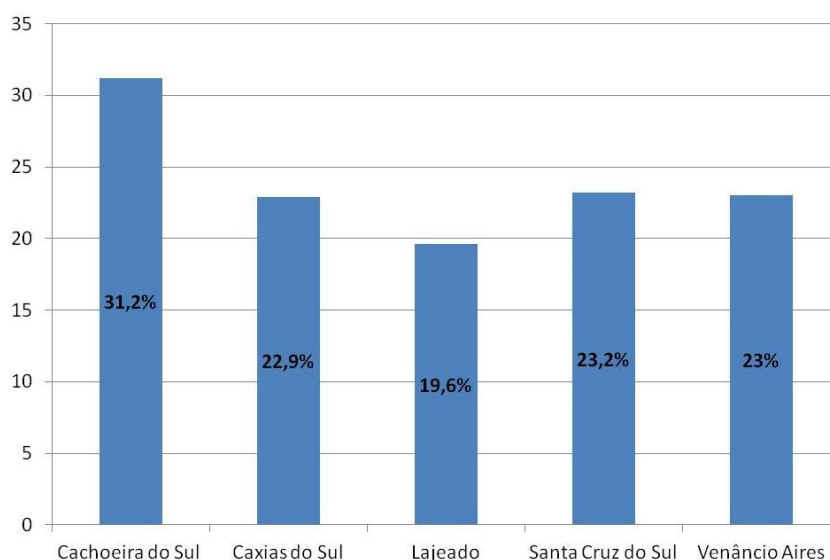


Gráfico 3: Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo (2010) IBGE

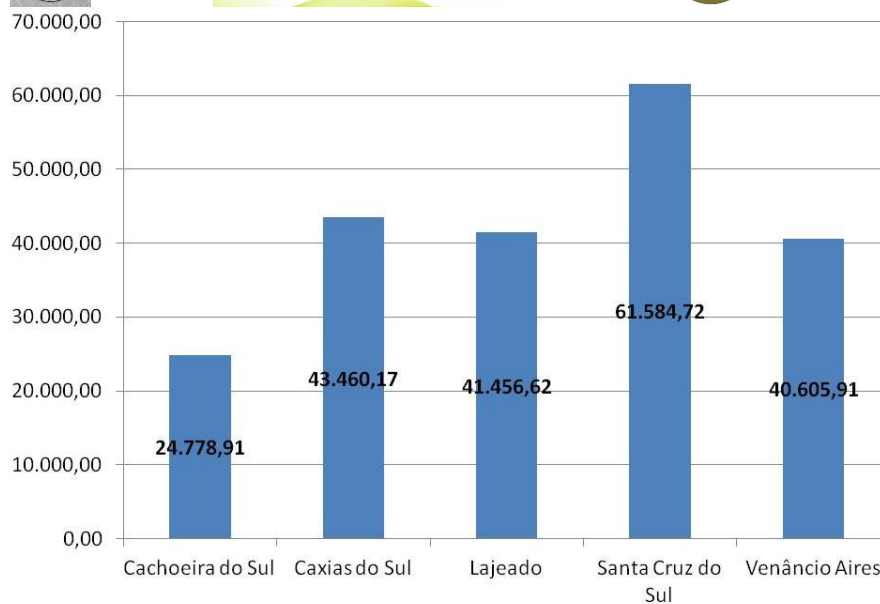
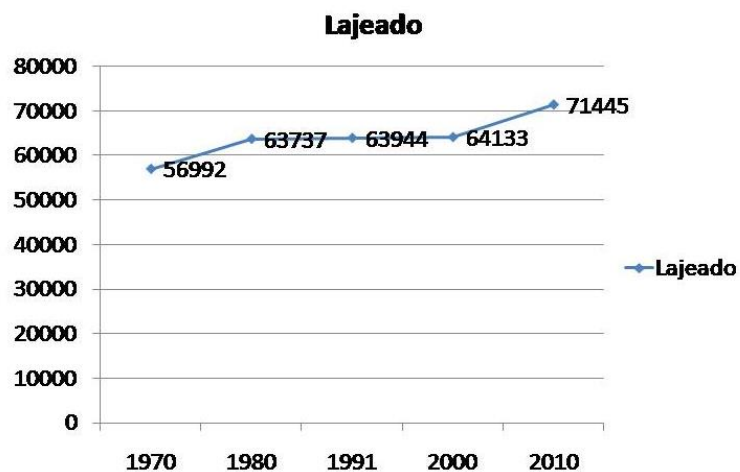


Gráfico 4: PIB per capita (2015) – IBGE

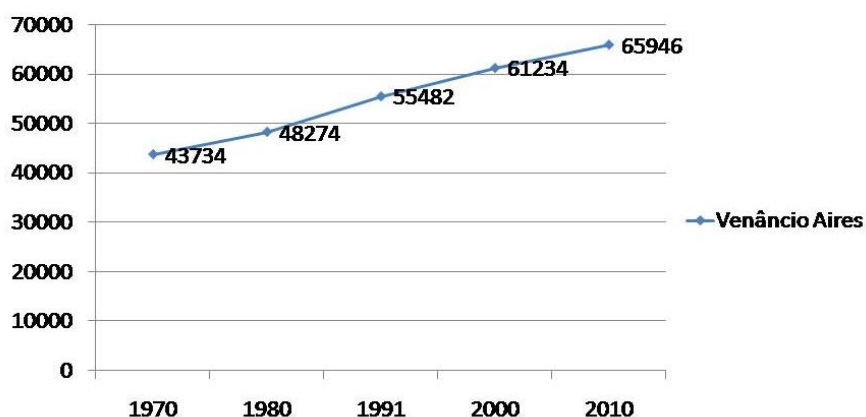
A evolução populacional regional comparada no período 1970-2010

Agora analisemos os seguintes gráficos de população baseados nos Censos 1970 – 1980 – 1991 – 2000 – 2010 do IBGE de alguns municípios gaúchos escolhidos segundo critérios geográficos.

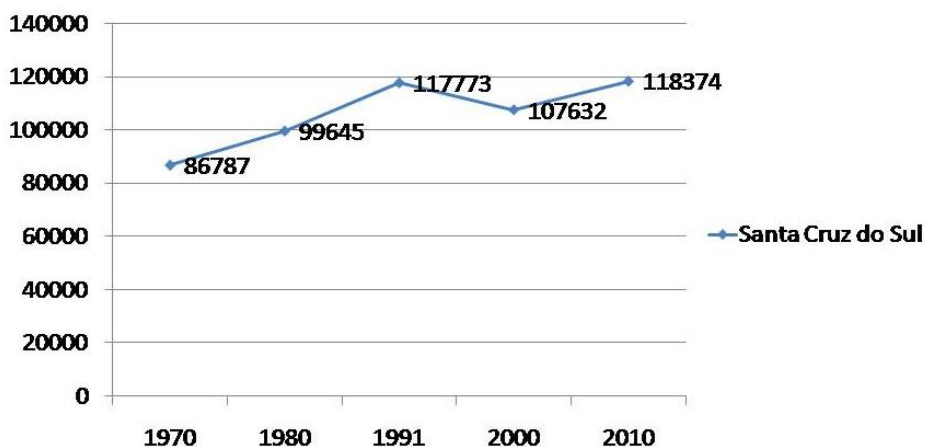




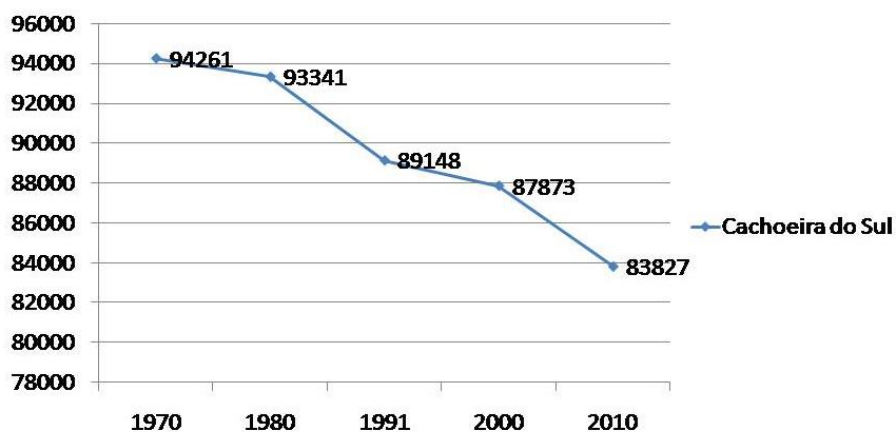
Venâncio Aires



Santa Cruz do Sul



Cachoeira do Sul



Os municípios exibidos têm em comum a localização geográfica, o centro do estado do Rio Grande do Sul. Todos os municípios verificados, exceto Cachoeira do Sul, apresentaram elevação de suas populações respectivas no período. Por que haveria tal contraste? O que explica a redução de população no período destacado de recenseamento do



IBGE de 1970-2010? Conforme o responsável pelo setor de informações do IBGE no Rio Grande do Sul, Ademir Kolcher, Cachoeira do Sul e mais da metade dos municípios do estado tendem a encolher, devido a alguns fatores e o “principal deles está na Estação Rodoviária, a porta de saída dos jovens que concluem os estudos na cidade. Outro motivo do encolhimento populacional é tendência nacional de queda de fecundidade pois as mulheres brasileiras em geral estão tendo cada vez menos filhos.” Contudo, como assinalamos, a queda da taxa de fecundidade é um fenômeno nacional evidenciado nos demais municípios.

A diáspora cachoeirense e o imaginário da juventude

Realizamos entrevistas com jovens estudantes que, conforme declaração do diretor regional do IBGE e como perceberemos nos resultados a seguir, estão intencionalmente prestes a migrar maciçamente. Segundo o IBGE, em 2015, temos 2.436 estudantes no ensino médio do município, em escolas públicas estaduais e particulares, nos três anos do ensino médio. Entrevistamos 363 estudantes deste público alvo, representando aproximadamente 26% do total, de cinco unidades de ensino públicas e particulares do município no período de 19 a 23 de junho de 2017. A seguir apresentamos alguns dos questionamentos e resultados:

Pergunta 1: A cidade de Cachoeira do Sul atende às suas expectativas em relação ao futuro?

Sim: 20% e Não: 80%

Pergunta 2: Você pensa em permanecer em Cachoeira do Sul após o Ensino Médio?

Sim: 23%, Não: 49% e Não sei: 28%

Pergunta 3: Qual é a principal debilidade de Cachoeira do Sul que lhe faria sair da cidade?

Falta de empregos: 254 – Falta de oferta de curso superior pretendido: 229 – Ausência de políticas públicas de desenvolvimento: 132 – Outras: 120 – Falta de espaços culturais: 101 - Mentalidade arcaica: 94 – Nenhuma: 7 (nessa pergunta entrevistados puderam fazer mais de uma opção)

Como notamos, há uma clara disposição de migração após a conclusão do ensino médio para quase a metade dos entrevistados, fundamentalmente, segundo a questão seguinte, à cidade não atender as expectativas quanto ao futuro. Assim, questionamos quais seriam as debilidades enxergadas, sugerindo alternativas baseadas nas leituras bibliográficas realizadas e entrevistas exploratórias realizadas. Os entrevistados poderiam apontar quantas alternativas lhe conviessem, para percebermos mais amplamente o imaginário. E, como vemos, maciçamente, há os aspectos econômicos e sociais (derivados do econômico) como principais debilidades: a falta de empregos e a carência de cursos superiores. Para 96% dos jovens não há a percepção de algo sendo feito para evitar os fluxos migratórios.



Considerações finais

Cachoeira do Sul, por ora, assiste seus filhos, jovens e trabalhadores, migrarem para talvez não regressarem. O quanto essa migração implica no desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade? As condicionantes econômicas têm promovido os fluxos migratórios, tem determinado a fuga de cérebros, de mão de obra, de filhos da terra. A realidade apresentada nos decênios 1970-2010 é projetada para o futuro. Ou o poder público e a sociedade buscam alternativas, ou Cachoeira do Sul será elencada no roteiro de cidades mortas, lembrando Monteiro Lobato.

Torna-se necessário repensar o desenvolvimento econômico a partir de outros paradigmas que extrapolem o viés arcaico monocultor que expulsa o povo de sua própria terra. Questionamos os estudantes entrevistados sobre qual município Cachoeira do Sul deveria se inspirar quanto ao desenvolvimento e as citações foram Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Lajeado e Caxias do Sul. O que há de diferente entre as opções econômicas destes municípios com as de Cachoeira do Sul? Talvez seja esse o princípio de uma nova visão sobre o município.

Referências bibliográficas

- BRASIL: Ministério do Trabalho – Caged. **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Disponível em <http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged>
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido**. Rio de Janeiro: UERJ - Dados - Revista de Ciências Sociais 2004, 47. Disponível em 19/11/2017
- CAIDEN, G. E. & CARAVANTES, G. R. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul, 1985.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2000.
- DAMIANI, Amélia. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2008.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- IBGE: **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em www.ibge.gov.br
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- MOREYRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- POCHMANN, Marcio. **Qual desenvolvimento?** São Paulo: Publisher, 2009.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.
- SORRE, Max. **El hombre en la tierra**. Barcelona: Labor, 1967.
- SOUZA, Nilson Araújo de. **O colapso do neoliberalismo**. São Paulo: Global Editora, 1995.